



A Interlocução de Saberes na Antropologia 2

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2020



A Interlocução de Saberes na Antropologia

2



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2020



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I61 A interlocução de saberes na antropologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-375-0

DOI 10.22533/at.ed.750201109

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 306

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo Volume de “A Interlocação de Saberes na Antropologia” foram selecionados 18 artigos, o dobro do primeiro Volume, publicado em 2019. A intenção é ampliar o debate acadêmico por meio da divulgação dos resultados da pesquisa antropológica. Assim como no primeiro Volume, esta publicação mantém a característica crítica e direta que é a marca esta coletânea.

Os artigos trazem possibilidades diversas, discutindo dentro do viés antropológico, temáticas relativas aos saúde e povos indígenas, cultura, resistência negra e quilombos. Os artigos debatem seus objetos dialogando intensamente com o leitor, provocando, instigando a inquietação diante os resultados apresentados.

Ainda, temas como ciências da computação, processo judiciais, globalização, mudança no hábito alimentar e assédio sexual também são intensamente discutidos. É uma obra que precisa ser divulgada e referenciada.

Convido a navegarem pelo índice e desfrutarem do prazer desta leitura.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	
<i>Roberta Brandalise</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011091	
CAPÍTULO 2	26
A FORMAÇÃO INTERCULTURAL DE GESTORES NO CAMPO DA SAÚDE INDÍGENA	
<i>Marcos Antonio Braga de Freitas</i>	
<i>Ana Paula Barbosa Alves</i>	
<i>Ariosmar Mendes Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011092	
CAPÍTULO 3	40
ANTROPOLOGIA NAS PERÍCIAS: APROPRIAÇÕES DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA NO ÂMBITO DE PROCESSOS JUDICIAIS	
<i>Cíntia Beatriz Müller</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011093	
CAPÍTULO 4	51
ASSÉDIO SEXUAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS E O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: A LEI Nº 13.718/2018	
<i>Ester Rocha de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011094	
CAPÍTULO 5	63
CAIXA DE COMENTÁRIOS DOS JORNAIS ONLINE DE MATO GROSSO DO SUL: OPINIÕES EXPRESSAS A RESPEITO DOS POVOS INDÍGENAS	
<i>Gabriel dos Santos Landa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011095	
CAPÍTULO 6	76
COMUNIDADES TRADICIONAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO SUL DO AMAZONAS	
<i>Cloves Farias Pereira</i>	
<i>Thereza Cristina Menezes Cardoso</i>	
<i>Suzy Cristina Pedroza da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011096	
CAPÍTULO 7	89
CURSO DE GESTÃO EM SAÚDE COLETIVA INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Ana Paula Barbosa Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7502011097	

CAPÍTULO 8.....	104
DA NARRATIVA DE VIAGEM À NARRATIVA ETNOGRÁFICA: A REPRESENTAÇÃO DO OUTRO E A AUTORIDADE CIENTÍFICA	
Eliane Miranda Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7502011098	
CAPÍTULO 9.....	117
ECONOMIA, CONSUMO E ESCASSEZ DE RECURSOS NATURAIS: OS DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO	
Ariosmar Mendes Barbosa	
Marcos Antonio Braga de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.7502011099	
CAPÍTULO 10.....	130
HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS DESCENDENTES DE ORIGEM ALEMÃ DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC	
José Raul Staub	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75020110910	
CAPÍTULO 11.....	145
NOVAS CENTRALIDADES, NOVAS PERIFERIAS: NARRATIVAS DE FUGA NA FRONTEIRA ENTRE TERRITÓRIOS DA ZONA OESTE DE MONTEVIDÉU	
Romina Pedreira Cabrera	
Valeria Giménez Carratú	
DOI 10.22533/at.ed.75020110911	
CAPÍTULO 12.....	161
O CONCEITO DE CULTURA EM FOCO	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75020110912	
CAPÍTULO 13.....	168
O HOME CARE DECIDIDO PELOS TRIBUNAIS: OUTRAS FACES E DILEMAS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Luísa Paim Martins	
Leonardo do Amaral Pedrete	
DOI 10.22533/at.ed.75020110913	
CAPÍTULO 14.....	183
O IMPÉRIO DOS SIMULACROS E A COMIDA “FRANKENSTEIN”... TEM “GOSTO”, “CHEIRO” E “COR” DE FRUTA, MAS NÃO É FRUTA – UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DOS SENTIDOS DO ATO ALIMENTAR	
Sophia Sartini Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.75020110914	

CAPÍTULO 15.....	204
OUTROS OLHARES SOBRE OS OUTROS: A PRESENÇA INCÔMODA DOS CORPOS MODIFICADOS EM <i>BLOGS</i>	
Juliana Abonizio	
DOI 10.22533/at.ed.75020110915	
CAPÍTULO 16.....	211
PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA NEGRA NA REGIÃO DO MARUANUM/AP: EM BUSCA DE SABERES ANCESTRAIS	
Jamile Borges da Silva	
Tayra Fonseca Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.75020110916	
CAPÍTULO 17.....	222
REPRESENTAÇÃO ETNOGRÁFICA E A NARRATIVA SUBALTERNA	
Adriana Elisa Bozzetto	
DOI 10.22533/at.ed.75020110917	
CAPÍTULO 18.....	229
RITUAL DE TOBÓSSIS: BANCADA, BARCO E INICIAÇÃO DAS PRINCESAS AFRICANAS	
Tayná do Socorro da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.75020110918	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	263
ÍNDICE REMISSIVO.....	264

NOVAS CENTRALIDADES, NOVAS PERIFERIAS: NARRATIVAS DE FUGA NA FRONTEIRA ENTRE TERRITÓRIOS DA ZONA OESTE DE MONTEVIDÉU

Data de aceite: 24/08/2020

Data de submissão: 01/06/2020

Romina Pedreira Cabrera

Universidad de la República- Facultad de
Humanidades y Ciencias de la Educación
Montevideo- Uruguay
[www.linkedin.com/in/romina-pedreira-
cabrera-640016154](http://www.linkedin.com/in/romina-pedreira-cabrera-640016154)

Valeria Giménez Carratú

Universidad de la República- Facultad de
Ciencias Sociales
Montevideo- Uruguay
[https://www.linkedin.com/in/valeria-gimenez-
8656191ab](https://www.linkedin.com/in/valeria-gimenez-8656191ab)

RESUMO: Este artigo apresenta uma série de experiências e reflexões elaboradas a partir de um projeto de participação cidadã para a geração de uma nova centralidade no bairro Tres Ombúes, localizado na zona oeste de Montevideú, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Municipal do Município A. O projeto, que teve início em 2015 com a criação de um Centro Cívico e a construção coletiva de conteúdos sociais, culturais e comunitários, foi propiciando um deslocamento da intervenção na procura de uma maior participação daqueles que se localizavam –ou eram localizados– na periferia, entre os limites dos bairros Tres Ombúes e Cadorna. Neste espaço de fronteira, o trabalho em território viu-se desafiado a repensar a dimensão territorial por conta das múltiplas conexões e desconexões

e dos processos de inclusão-segregação que ali se exprimem, tornando necessária a busca de novas formas de olhar, nomear e construir que denotassem o caráter relacional da realidade. Delimitar territórios adquire uma utilidade empírica sendo que organiza, administra e garante o acesso aos serviços públicos, porém, no nível simbólico habilita a produção de um outro marginal e indesejado. É na fronteira, nas margens do território onde é possível se encontrar formas de nominar e de pensar os espaços, narrativas de fuga que nos aproximem de um urgente e necessário processo de desterritorialização do pensamento.

PALAVRAS - CHAVE: Território, Centralidades, Segregação, Fronteira, Narrativas de fuga.

NEW CENTRALITIES, NEW PERIPHERIES: NARRATIVES OF ESCAPE ON BORDERS BETWEEN TERRITORIES IN THE WEST OF MONTEVIDEO

ABSTRACT: This article shows a series of experiences and reflections elaborated from a project with citizen participation, to generate a new centrality in Tres Ombúes neighborhood, located in the west of Montevideo, within the development of the Municipal Plan of the Municipality, started in 2015, with the creation of a Civic Center, and the collective creation of social, cultural and community contents, which gave place to a displacement of the task, searching for more participation, of those who lived or were located in the outskirts within the limits of Tres Ombues and Cadorna neighborhoods. In this

border place, the task in the field was challenged to rethink the territorial dimension due to the multiple connections and disconnections and to the inclusion- segregation processes shown there, turning it necessary to search for new ways of looking, naming, and building that showed the relational character of reality. Delimiting territories has empirical usefulness when organizing, managing, and ensuring access to public service, but placing it on a symbolic level, it enables the creation of a marginal and unwanted other. It is in the border, in the margins of the territory where other forms of naming and thinking the spaces, narratives of escape that bring us closer to an urgent and necessary process of deterritorialization of thought, can be found.

KEYWORDS: Territory, Centralities, Segregation, Borders, Narratives of escape.

RESUMEN: El presente artículo presenta una serie de experiencias y reflexiones elaboradas a partir de un Proyecto de participación ciudadana para la generación de una nueva centralidad en el Barrio Tres Ombúes, ubicado al oeste de Montevideo, en el marco del Plan de Desarrollo Municipal del Municipio a. El Proyecto es iniciado en 2015 con la creación de un Centro Cívico y la construcción colectiva de contenidos sociales, culturales y comunitarios, fue dando lugar a un desplazamiento de la intervención en busca de mayor participación de quienes se ubicaban -o eran ubicados- en la periferia, entre los límites de los barrios Tres Ombúes y Cadorna. En este espacio de frontera el trabajo en territorio se vio desafiado a re-pensar la dimensión territorial debido a las múltiples conexiones y des-conexiones y a los procesos de inclusión-segregación que allí se expresan, tornando necesaria la búsqueda de nuevas formas de mirar, nombrar y construir que denoten el carácter relacional de la realidad. Delimitar territorios reviste una utilidad empírica al organizar, administrar y asegurar el acceso a los servicios públicos, pero llevado un a nivel simbólico habilita la producción de un otro marginal e indeseado. Es en la frontera, en los márgenes del territorio donde pueden encontrarse otras formas de nominar y pensar los espacios, narrativas de fuga que nos acercan a un urgente y necesario proceso de des-territorialización del pensamiento.

PALABRAS - CLAVE: Territorio, Centralidades, Segregación, Frontera, Narrativas de fuga.

1 | INTRODUCCIÓN: LA APUESTA POR LA CREACIÓN DE NUEVAS CENTRALIDADES

El Municipio “a”, ubicado al oeste de Montevideo, es el municipio con mayor población de Montevideo y de Uruguay, habitan 207.911 personas en un territorio caracterizado por una diversidad de espacios que incluyen zonas urbanas, rurales, playas, balnearios y también un pueblo.

Sus barrios han tenido durante largo tiempo un fuerte arraigo, con una potente historia sindical, cooperativista y de movimientos sociales que -a causa de los procesos de desestructuración del mundo del trabajo- se ha ido modificando junto con el cambio en el paisaje dado por el cierre de fábricas, frigoríficos e industrias textiles, principal fuente de ingresos de sus habitantes.

Estos procesos han generado un cambio en la forma de habitar el territorio, se observa una mayor permanencia de las personas en el espacio restringido al barrio en el que viven, con escasa circulación por otros espacios cercanos.

“Quien no trabaja se desplaza poco en tanto no tiene lugar donde ir ni recursos para desarrollar alternativos al trabajo. El lugar donde se vive y no el trabajo se transforma en el espacio estable” (Baraibar, 2009:62),

El Municipio a, tiene hoy uno de los mayores índices de pobreza, que afecta al 30% de sus habitantes y al 23,1 % de sus hogares, (INE, 2011), cifra que – si bien viene descendiendo- ha producido por largos períodos una gran fragmentación y exclusión social de muchos de sus habitantes, impactando con fuerza en el territorio. Los esfuerzos en las políticas públicas llegan a esta población de modo tardío atendiendo aspectos del territorio no partir de los aspectos positivos sino por su relevancia “por defecto”, con las evidentes implicancias socio-espaciales de un aumento de la segregación territorial y ruptura del tejido social.

La exclusión y la pobreza tienen expresión en el territorio aumentando su importancia a partir de un doble movimiento: “Adquiere relevancia a partir de las ausencias, básicamente las derivadas de la desestructuración del trabajo, y las protecciones sociales. Y también debido a que un conjunto de “respuestas” a estas ausencias, toman lo territorial como su punto de anclaje, lo que vuelve a darle importancia” (Baraibar,2009;60). Este doble movimiento va generando en las personas que allí viven – y en los demás- una forma determinada de percibir su entorno y sus habitantes con su respectiva forma de construcción de demandas, lógica que desde el trabajo en el Municipio se viene intentando desandar.

Una de las líneas transversales del Plan de Desarrollo Municipal (2011), está vinculada a la re-construcción del tejido social en los diferentes barrios a través de la articulación y coordinación de acciones tendientes a mejorar la calidad de vida de la población y fortalecer la participación ciudadana.

En el marco de esta línea transversal de trabajo es que en el año 2015 el Municipio a en coordinación con otras Instituciones Públicas y con la participación con vecinos y vecinas del barrio Tres Ombúes comienza la construcción de un “Centro Cívico” con el fin de asegurar el acceso de estos últimos a servicios públicos y promover el desarrollo de un espacio de encuentros culturales, recreativos y sociales. Posteriormente se conformó un equipo de trabajo integrado por una Profesora de Educación física, una Maestra y una pasante en Trabajo Social, quienes desde el inicio trabajamos en los diferentes espacios de participación desde donde se fueron diseñando múltiples actividades (comisiones, grupos temáticos, etc.).

En poco tiempo el territorio considerado “margen” adquirió una nueva imagen y comenzó a tener cada vez más espacios de encuentro, participación y ciudadanía.

Esta intervención exitosa en relación al territorio y a la construcción de una nueva centralidad provocó en el equipo la necesidad de comenzar a trabajar en la inclusión de quienes quedaban al margen de este proceso. En el año 2017 se inicia este desplazamiento de la intervención a través de diversas modalidades, llegando al presente y dando lugar a las reflexiones que se desarrollan en el presente artículo.

2 I EL TERRITORIO EN EL MARCO DEL DESARROLLO URBANO

Al comenzar a percibir dificultades para propiciar el acercamiento a la nueva centralidad de Tres Ombúes, de numerosos vecinos y vecinas de la zona que limita con el barrio Cadorna, decidimos realizar un desplazamiento de la intervención para acercarnos a este espacio que siendo tan cercano, se había mantenido al margen de todo el proceso, convirtiéndose en una nueva periferia. El presente artículo es un intento por resumir los aprendizajes construidos en conjunto, las diferentes reflexiones y aportes que surgen de las numerosas contradicciones que pueden percibirse a partir del encuentro con estos grupos de la nueva (o doble) periferia que no logra llegar a ser centro a pesar de los intentos.

Comenzaremos por desarrollar esta primera idea que surge de la experiencia, que indica cierta naturaleza contradictoria propia del desarrollo urbano.

Las características del entramado urbano, que combinan la existencia de grandes centralidades, integradas por gran número de personas y servicios, con la existencia de periferias, extensas zonas de exclusión y fragmentación social, fue tempranamente analizada por diversos autores que tomaron como objeto de estudio a las ciudades, a las relaciones sociales que allí se establecen y a los efectos que tales relaciones ejercen sobre los individuos.

Engels, F. (1846) realiza un extenso análisis de la ciudad en donde establece que los milagros que ha conseguido la civilización, trae consigo el sacrificio de los mejores aspectos de la cualidades humanas. Ello se pone de relieve en la ciudad, donde sus habitantes ya no se consideran recíprocamente como personas sino como sujetos utilizables.

Para el autor, la ciudad tiene en su estructura el germen de la contradicción, dispersando a toda la humanidad en mónadas y creando una división de principios, fines y modos de vida aún entre personas que viven juntas, división que implica de forma simultánea la presencia de barrios equipados con servicios y comodidades y barrios en donde son ubicados quienes no pueden acceder a ellos.

“La necesidad llegará a abrirse paso por todas partes y a instalarse con todos sus horrores en el corazón de una gran ciudad floreciente: En los millares de callejones y callejuelas de una metrópoli populosa, siempre habrá necesariamente -nos tememos- mucha miseria que hiere la vista, y mucha que permanece oculta.” (Engels, 1846:46)

Simmel (2005), contribuye a pensar la problemática a partir de los efectos psíquicos que se desprenden del hecho de habitar en ciudades con tales características, plantea la “actitud blasé”, como respuesta necesaria ante el bombardeo sensorial que se deriva de vivir en ellas, refiriéndose a cierta indiferencia ante las dificultades y problemáticas ajenas y especialmente ante aquellas que -como planteaba Engels- hieren la vista en medio de una ciudad floreciente.

Ahora bien, en el desarrollo del trabajo en territorio se pudo observar que la fragmentación y la indiferencia, posee múltiples y complejas dimensiones y -por tanto- los mecanismos de atomización no pueden explicarse solamente a causa de la existencia de las grandes ciudades y sus efectos psíquicos en las personas que allí viven.

De manera que para comprender el estudio de las relaciones y fuerzas que se despliegan en el territorio, utilizaremos el concepto de espacio social que propone Bourdieu (1997), ya que nos permite incluir en el análisis, la multiplicidad de dimensiones que incluyen aspectos económicos, culturales y simbólicos y sus diversas interacciones.

“El espacio social se constituye de tal forma que los agentes o los grupos se distribuyen en él en función de su posición en las distribuciones estadísticas según los dos principios de diferenciación (...) el capital económico y el capital cultural. De lo que resulta que los agentes tienen tantas más cosas en común cuanto más próximos están en ambas dimensiones y tantas menos cuanto más alejados. Las distancias espaciales sobre el papel equivalen a distancias sociales.” (Bourdieu, 1997:18)

Siguiendo esta línea observamos que en función de la posición que una persona (agente) ocupa en el campo, adquiere una determinada serie de disposiciones (habitus) que funcionan como un principio unificador de ese espacio. Las características intrínsecas y relacionales de una posición se expresan en un determinado modo de vida con sus elecciones particulares.

Ahora bien, en esta distribución del espacio están implicadas igualmente estructuras objetivas (relacionadas a los campos sociales y a la asignación de posiciones) y estructuras subjetivas o incorporadas (disposiciones que conforman particulares modos de estar en el campo, habitus), ello indica que existe en cierta medida, una participación de las personas en el mecanismo. Posiciones y disposiciones son a la vez causa y efecto de las relaciones que se producen en el espacio social, son parte esencial de los procesos de segregación y/o inclusión que genera la maquinaria social.

En este punto, queremos mencionar algunos aspectos relacionados a la peculiar conformación del grupo de trabajo en los barrios de Tres Ombúes y Cadorna.

Un gran número de integrantes provienen de diferentes puntos de la ciudad,

han ocupado las más diversas posiciones (con sus respectivas disposiciones o habitus) y se encuentran hoy en una nueva posición, han sufrido la pérdida de capital económico y social, manteniendo ciertas disposiciones que tienen que ver con su capital simbólico y cultural. Otros, por el contrario, han transitado desde siempre ciertos circuitos de la carencia, y hoy encuentran mejores condiciones materiales de vida, manteniendo ciertos aspectos culturales y simbólicos que los han acompañado y les han servido para funcionar en otros espacios. Por último es posible identificar un tercer grupo de personas que han vivido en este lugar desde siempre y han observado el proceso de cambio en el paisaje del barrio, han sido testigos de la creación de una centralidad que no ha logrado integrarlos cabalmente.

Creemos que esta composición heterogénea ha sido esencial para la comprensión de los mecanismos que facilitan el funcionamiento de la maquinaria, pudiendo a la vez delimitar la incidencia de la estructura objetiva, la posición que todos ocupan hoy en el espacio y la incidencia de las estructuras incorporadas, los habitus, producto de las particularidades de historias de vida diferentes.

Esta delimitación permite ir más allá de las barreras impuestas por las posiciones y considerar las potencialidades inscritas en las personas para incidir en la estructura de relaciones en la que nos encontramos inmersos. La frontera que ocupan estos habitantes, no es tan solo una frontera entre dos barrios, sino fundamentalmente una frontera entre múltiples formas de habitar, de pensar y de actuar; que los empuja a volverse más conscientes de sus propias acciones y motivaciones, en oposición a la de los otros.

Habitando entonces, la incomodidad de la frontera, ya que no poseen ese principio unificador que hace que todo funcione según las normas del “sentido común”. Incomodidad, resultante de la contradicción y el conflicto, que los ha llevado a organizarse, a problematizar y a cuestionar.

Desde la frontera es posible observar que con la construcción y delimitación de espacios diferenciados, también se construyen las realidades de centro y periferia, de perteneciente y o no perteneciente, de incluido y excluido. Así a través de esta máquina binaria se va trazando la existencia del territorio y con él la asignación de posiciones y disposiciones que dan identidad y unidad a sus habitantes, pero que a su vez producen la existencia de un otro, el de afuera, el diferente. Un otro necesario para cerrar el círculo, portador de todo aquello de lo que deseamos diferenciarnos.

3 I LA IDENTIDAD EN EL TERRITORIO DE FRONTERA

Uno de los objetivos fundantes de este proyecto tuvo como eje la integración de los vecinos y vecinas de la zona, en la efervescente vida comunitaria que comenzaba a desplegarse en el Centro Cívico del barrio. Tras numerosos intentos

por generar diversas actividades para promover inclusión, unidad e identidad barrial, observamos que los habitantes de esta zona fronteriza entre los barrios Cadorna y Tres Ombúes -ubicados a escasos metros del lugar- no tenían interés en la propuesta y no se sentían parte del “proyecto del barrio”.

Definimos un corrimiento de nuestra intervención al percibir que con la nueva centralidad generada, se generaba también una nueva periferia. Retomando la idea acerca de la naturaleza contradictoria de nuestras ciudades, comenzamos a percibir de qué modo las construcciones grupales identitarias esconden las construcciones de un otro, un foráneo necesario para mostrarnos quiénes somos y recordarnos quiénes no queremos ser.

En nuestros primeros intentos por generar pertenencia e identidad, apuntamos a generar encuentros para “narrar la historia” del lugar, generar relatos que nos permitieran ir construyendo un “nosotros”. De tales intentos quedaron un montón de historias sueltas y disímiles que nos llevaron notar lo imposible de la tarea en un espacio que se nos presentaba tan diverso. No observábamos ningún interés por generar estas narrativas, por construir un relato que los hiciera únicos o diferentes, en su lugar proponían un actuar juntos, un pensar colectivo para resolver complejas y diversas situaciones derivadas de su experiencia fronteriza.

Este hecho nos llevó a reflexionar sobre el significado de la crisis de identidad que se manifestaba en el territorio; y a preguntarnos si realmente era necesario fortalecer este aspecto para la puesta en práctica del trabajo colectivo.

Levi-Strauss (1981) sostiene que la Identidad posee una existencia virtual que se moldea a través del tiempo y, por tanto, el surgimiento de la crisis de identidad contemporánea es un indicador de la toma de conciencia de nuestro modo existencia pueril, que se enfrenta a la necesidad de renunciar a una identidad esencial, para verla como una función inestable y efímera, resultante de un devenir histórico.

En este sentido, trabajar “la identidad” significó orientarnos hacia la necesidad de deconstruir el concepto en sus múltiples dimensiones (personal, familiar, colectiva, nacional), más que a generar una noción única y homogeneizante.

Todo se trata de abrir y cerrar contactos, de generar puentes, y ello sólo es posible a partir de una crítica de la noción de Identidad, de la renuncia a la idea identidad como esencia inmutable, aceptando a su vez la distancia que nos separa de lo diferente, distancia que nunca podrá ser cubierta totalmente. Para superar esas distancias se vuelve necesario dar saltos a través de lo discontinuo.

“La identidad es una especie de fondo virtual al cual nos es indispensable referirnos para explicar cierto número de cosas, pero sin que tenga jamás una existencia real. (...) Es la existencia de un límite al cual no corresponde ninguna experiencia.” (Levi-Strauss, 1981: 369)

Habitar esta frontera – que delimita territorios tanto como identidades – da sin duda al observador crítico, la posibilidad de percibir la existencia irreal de ese límite que no tiene correlato alguno en la experiencia.

Aprehender la irrealidad de los límites da comienzo a una verdadera revolución porque lleva consigo la percepción del círculo que obliga a transitar en la separación del otro, círculo trazado por la permanente clasificación dual y jerárquica de todo cuanto nos rodea. Observar con detenimiento esos mecanismos puede dar lugar al comienzo de la fuga.

Definimos en el trabajo con este colectivo, que la identidad estaría dada por el encuentro de las diferencias, por la construcción de puentes para hacer posible un aprendizaje conjunto, no “a pesar” de tales diferencias, sino gracias a su existencia.

Pedro Gómez García (2006) plantea que la identidad cultural no está vinculada tanto a un espacio geográfico, a un territorio, como a la existencia de un tiempo compartido entre diferentes identidades.

“Toda identidad individual social o grupal es el resultado de las irrupciones de otros, de la relación con otros, de la apropiación de rasgos bioculturales procedentes de otros sitios y otras épocas.”
(Gómez García, 2006: 3)

La identidad es hija del tiempo. Por tanto una identidad de grupo en una zona a donde conviven personas tan diversas, requiere - más que de la construcción de algunos relatos colectivos acerca de su historia conjunta- de la problematización de los mecanismos de división, a fin de poner en diálogo los diferentes tiempos y espacios habitados por sus integrantes y propiciar la posibilidad de un tiempo compartido. Requiere de una reflexión crítica que dé lugar a lo “diferente” no de modo forzado o cortés, sino como consecuencia directa de haber comprendido la imposibilidad de trazar un límite fijo y concreto entre las partes.

Guigou (2005) sugiere que la clasificación es una cuestión pública y práctica, fundamental para la producción de las dimensiones maquínicas de subjetivación, que se traducen tanto en discursos identitarios como en miradas totalitarias según sea necesario. Construir trampas a esas capturas, detectar todas las irregularidades, las fallas de cada unidad inventada, será entonces la única posibilidad de escapar de la máquina, de la permanente construcción de centros y periferias, de la gestación de un mundo con una adentro y un afuera, del afán de sustancialización de identidad que aterrorizada mostrando “esa otredad culpable a la que nadie quiere parecerse”. (Guigou, 2005: 56)

Vemos entonces que si bien la máquina produce ficciones, límites irreales que se planteaban anteriormente, tales ficciones logran producir un efecto de realidad de mucho peso. Tanto el concepto de territorio como el de identidad, podrían definirse como existencias virtuales, que - de manera casi imperceptible - con extrema

sutileza logran dar forma a la realidad.

El camino a transitar no debería apuntar a la generación forzada de una nueva unidad grupal, mediante la construcción de narrativas que promuevan la pertenencia y la cohesión entre estos habitantes de frontera, sino por el contrario deberá apuntar a la crítica del funcionamiento maquínico y a la mirada atenta de cada engranaje. Renunciar a la comodidad de estas ficciones para dar forma a una realidad diferente.

4 I SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS DE FUGA Y CÓMO CONSTRUIRLAS

La observación es en cierta medida un puente, un pasaje entre la realidad de las estructuras y la posibilidad de la construcción, entre la división de lo objetivo y lo subjetivo y su disolución.

¿Qué hay de transformador en ese “observar” el funcionamiento maquínico y la propia participación de cada uno en la máquina? ¿Qué procesos pudimos percibir en el trabajo que dieron lugar a lo que llamamos narrativas de fuga? ¿Cuál es el papel de la organización y participación comunitaria? ¿Qué función puede desempeñar el Estado a fin de alejarse de su mandato de reproductor de ideologías?

Para desarrollar este punto nos gustaría tomar la idea de existencia de cierta tensión permanente entre lo molar y lo molecular, y la necesidad de hacer visible no su oposición, sino su complementariedad ya que de eso se trata la observación de tal funcionamiento, lo que llevará posteriormente a poder responder qué funciones y roles de cada actor, facilitan u obstaculizan las posibilidades de fuga.

“...toda sociedad, sino también cualquier individuo, es atravesado por dos segmentariedades al mismo tiempo: una molar y otra molecular... Siempre una presupone la otra. En resumen, todo es político, además toda política es al mismo tiempo macropolítica y micropolítica” (Deleuze y Guattari, 1996: 90; en Haesbaert, 2004).

Los autores proponen el análisis de esta tensión a partir del conocimiento de tres líneas que nos atraviesan; líneas rígidas o molares, vinculadas a un plano de organización que incluye los aparatos del estado y sus instituciones; líneas flexibles o moleculares, que corresponden al plano de inmanencia e intervienen en el devenir histórico; y líneas de fuga, ubicadas en un plano de desterritorialización dado que no son preexistentes, estas líneas deben ser trazadas sin la posibilidad de saber a priori si podrán constituir una fuga, una transformación de lo pasado.

Esta propuesta teórica “de las multiplicidades” nos permitirá desarrollar la reflexión más allá de conceptos duales y dicotómicos, ya que introducen en su análisis lo discontinuo, por donde indicamos anteriormente que es necesario saltar; lo creativo. Permitirá que los procesos de territorialización, deterritorialización y

reterritorialización se vean simultáneamente, posibilitando la comprensión de las prácticas de las personas, los grupos y las instituciones.

Esta reflexión se ve facilitada cuando existe una decisión política por parte de las instituciones de concretar un encuentro con la comunidad real y concreta, dando lugar a procesos que tengan lugar en la cercanía, en el cara a cara con el otro y abandonando toda idea relacionada a la delimitación de territorios e identidades personales, grupales o institucionales.

El trabajo en la frontera requiere de un compromiso institucional, colectivo y personal que permita desdibujar las fronteras cognitivas y abandonar las antiguas manías clasificatorias que flamean con orgullo la bandera de la fragmentación.

Precisamente este punto es de las primeras cuestiones que se expresa en el trabajo con personas, grupos e instituciones, como rasgo que los atraviesa a todos ellos.

Territorio e identidad son ficciones bien fundadas; y especialmente fundantes de los procesos de fragmentación y exclusión que funcionan como un principio de visión y de división común:

“Un nomos, que tenemos todos en mente, porque nos ha sido inculcado a través de una labor de socialización.” (Bourdieu, 1997: 129).

Este principio que lo unifica todo es parte integrante de nuestro habitus, estructura mental interior a cada persona, que – lejos de haberse generado en un vacío -, ha sido inculcada en todas las mentes socializadas a través de las diferentes instituciones. Es por ello que es igualmente individual y colectivo; e integra igualmente las formas de percibir, de pensar y de hacer, constituyendo la base del sentido común de las personas.

La fuerza de este principio de visión y división se hace evidente en un espacio a donde sus habitantes presentan un sin fin de matices en las estructuras incorporadas - producto de los diferentes trayectos y de las posiciones ocupadas en el campo -, pero igualmente poseen una disposición común fuertemente arraigada que tiene que ver con la identidad, los territorios y la exclusión. Lo común a todos ellos es precisamente esa forma de percibir en base a estos conceptos fragmentarios, y ello denota en cierta medida, cuán esenciales son para el funcionamiento de la maquinaria social.

La intervención del equipo ha intentado promover, en el marco de lo que conocemos como pedagogía crítica, procesos de problematización o concientización acerca de tales conceptos. Hemos ensayado diferentes acciones a fin de descorrer el velo del “sentido común” que oculta mecanismos cada vez más sutiles de fragmentación y captura, y arroja a gran parte de la población a la exclusión social,

puesto que de ello depende el funcionamiento del sistema.

Freire (1978) nos habla de la mitificación, como el instrumento por excelencia al servicio de las fuerzas opresoras, que impide al ser humano hacerse consciente de sí mismo, del mundo que lo rodea y de las múltiples conexiones que entre ambos se generan. La mitificación, según el autor, es aquello que nos incapacita para desarrollar capacidades críticas necesarias para una praxis transformadora, de ahí que el trabajo de reflexión sobre las ficciones fundantes se haya vuelto eje transversal a todo el proceso de intervención.

El trabajo con colectivos desde la pedagogía crítica intenta analizar los discursos y capturar las fallas de forma tal que pueda generarse una acción consciente que apunte a la transformación de la sociedad.

Un movimiento crítico promueve una praxis - basada en la reflexión y la acción- que combate y transforma hacia afuera, con la misma fuerza que hacia adentro, pues entiende que las llamadas estructuras objetivas de la realidad, también tienen su existencia en el interior de las personas.

Crear narrativas de fuga tiene que ver con este proceso de reflexión y acción humana. Creemos que el ser humano está llamado a romper con los ecos que resuenan con lo creado de forma mecánica, mediante un uso de la palabra que posibilite una transformación del mundo.

Si tiene que existir mitificación, que sea a partir de la reflexión crítica del devenir histórico impulsado por la fragmentación y por la producción social de la carencia (Deleuze y Guattari, 1985).

Desde esta perspectiva la palabra funciona como piedra angular para lograr la fuga. Como vimos, las categorías subjetivas y las categorías objetivas fundamentan la experiencia del mundo como si fuera el único posible, por ello para conocer otros mundos posibles, se hace necesaria la creación de nuevas narrativas que intenten una fuga al sistema fragmentario producido por el miedo a carecer y a ser el otro diferente, el excluido.

Trabajamos durante más de dos años en la generación de una unidad diferente, una unidad conformada por las más diversas personas, miradas y aportes, y – a pesar de las obvias dificultades que de allí se desprenden – aún no hemos podido trazar los límites de esa unidad, ya que la misma llega hasta donde llega la voluntad de trabajar en conjunto, de crear nuevas realidades, de resolver con los diferentes aportes situaciones que emergen como problemas en la comunidad.

Tomando la idea de Segato (2007) trabajar de forma colectiva para resolver problemas concretos que se hacen visibles a partir de la reflexión crítica de algunos aspectos de la realidad permite crear un marco al pluralismo histórico, ubicarse “más allá” de argumentos relativistas y del derecho a la diferencia que promueven la identidad y el territorio.

La autora propone soltar las amarras de la identidad, para pensar la noción de pueblo, de comunidad, y subrayar con ello la existencia de una fuerza histórica que va reconduciéndose a partir de la toma de conciencia de conflictos éticos y políticos, y va conformando en conjunto un proyecto de ser (hacer) historia.

Cada grupo, debe ser percibido – y percibirse - como un vector histórico. La comunidad es entonces el sujeto vivo de una historia, atravesada por un sin fin de articulaciones e intercambios que, más que una identidad definida e inmutable, generan una inter-historicidad y -con ella- la posibilidad de trazar una historia nueva.

Lo que identifica este sujeto colectivo (comunidad), es el encuentro de sus miembros y la convicción de tener un proyecto colectivo de hacer historia, aún cuando tengan que atravesar situaciones de tensión interna y conflictividad, porque se vuelven capaces de utilizarlas como pistas que indican los aspectos que es necesario trabajar, como “señales” que sugieren los caminos por donde puede encontrarse la fuga.

De modo que el camino a transitar para la construcción de una fuga, tiene que ver con poder hacer visible el sentido común, la doxa que ha moldeado la historia que deseamos cambiar.

“La acción simbólica es un compuesto doble formado por un pasado ineludible y un presente irreductible. Un pasado ineludible porque los conceptos por los cuales se organiza la experiencia y se comunica proceden del sistema cultural admitido. Un presente irreductible porque toda acción es única en el mundo: la diferencia de Heráclito entre la experiencia única del río y su nombre” (Sahlins, 1988: 141).

Si ese pasado ineludible interviene de modo constante en el presente, es sin duda por el hecho de no haber percibido de qué forma están entrelazados pensamientos y acciones en nuestro actuar diario. Tal como lo plantea el autor, creemos que estructura e historia son dos aspectos de un mismo fenómeno, esenciales para la comprensión del entramado social que los une de manera imperceptible.

Asumir esta complejidad implica reconocer que “no hay acontecimiento sin sistema” (Sahlins, 1988:143). De ahí la oportunidad que ofrece el hecho de revisar los acontecimientos en base al sistema que los sustenta, y poder definir de qué manera una comunidad quiere hacer su propio proyecto histórico. Si bien es cierto que la historia es ordenada por la cultura, de acuerdo con los esquemas significativos de las cosas, también es posible lo opuesto; que los esquemas culturales sean ordenados por la historia, en la medida que las personas sean capaces de revisar la historia pasada, construir nuevos sistemas de significados de acuerdo con la historia que desean construir y ponerlos en juego en las relaciones y acciones de la vida cotidiana.

Ello permite devolver a la comunidad y al sujeto su actividad creativa y transformadora de la realidad. Crear narrativas de fuga es en resumidas cuentas reflexionar colectiva y creativamente sobre los sistemas convencionales con los que solemos pensar y actuar, y proponer cambios en función del proyecto histórico que el grupo intente. De esa forma, y siguiendo los aportes de Sahlins, es posible que la cultura se vea históricamente alterada en la acción logrando una “transformación estructural”, a través de la alteración de significados que son claves en la creación de lo nuevo.

5 | CONCLUSIONES

El presente artículo no intenta promover visiones románticas, -frecuentes en la contemporaneidad- en relación a la hermandad de los pueblos y comunidades; basadas en la idealización de los procesos de desdibujamiento de toda frontera. Por el contrario, mediante la reflexión de las dificultades surgidas en el marco de la intervención, la observación crítica de conflictos y tensiones entre vecinos, vecinas, técnicos e instituciones se apunta a la visualización de los aspectos clave que desencadenan procesos de fragmentación y exclusión social de la maquinaria social que tienen a las fronteras como escenario.

Podemos afirmar que las fronteras no solo existen en los mapas. Los límites, las nominaciones, las identificaciones forman parte también de las personas que allí habitan, si bien es cierto que tanto la conformación de una identidad fija, como la delimitación del territorio muestran en ellas sus fallas, sus imperfecciones. Deficiencias de una maquinaria que harán de esa zona un espacio de tensión, una zona privilegiada para el conflicto y el análisis crítico.

En la frontera se detecta más fácilmente el modo de existencia “virtual” de los conceptos que generan la fragmentación, tales como la pertenencia a un territorio y la identidad. Sin embargo, esto no significa que no existan, o que solo existan en los mapas. Todos aquellos conceptos que existen de modo virtual tienen, según Lapoujade (2018), un “arte” que los hace único y perfectos en su manera de ser:

“Su perfección es ser inacabados; son perfectamente, intrínsecamente inacabados. Esto quiere decir que hay en ellos como una espera, una exigencia de realización. (...) Son los virtuales los que introducen un deseo de creación, una voluntad de arte en el mundo.” (Lapoujade, 2018: 32).

Tal como se planteó todo acontecimiento tiene su sistema. La atomización del mundo a la que asistimos hoy, es al mismo tiempo causa y efecto de aspectos molares y moleculares, políticos y subjetivos; esta omnipresencia del sistema binario de clasificación, dificulta la observación del fondo virtual que lo sustenta, impidiendo de ese modo el acceso al acto creativo.

La división, la clasificación, son mecanismos indispensables para el funcionamiento de la maquinaria social y por tanto – son incorporados por todos los sujetos – de las formas más diversas. Las narrativas que se construyen acerca de los territorios y de la identidad, son tomando la idea de Bourdieu (1997), ficciones bien fundadas, que tienen sus efectos en la vida de las personas precisamente por haber sido incorporadas por todas ellas y forman de ese modo el sentido común. Especie de sexto sentido con el que percibimos, pensamos, actuamos – y principalmente- olvidamos que son ficciones, que tienen una existencia virtual, plausible de ser modificada.

Creamos centros y de manera simultánea creamos periferias. Allí donde se trabaja la identidad, la pertenencia, se construye en paralelo la existencia de lo excluido, lo no deseado. Todo la maquinaria se construye desde el miedo a carecer y se mantiene funcionando puesto que nadie quiere quedar del “otro lado”.

En el trabajo con esta comunidad de vecinos y vecinas percibimos la existencia de un círculo vicioso por el que se transita la fragmentación y decidimos utilizarlo como herramienta potente de problematización a fin de dar lugar a la fuga de tal mecanismo circular.

Un trabajo en territorio que intente superar los procesos de fragmentación y exclusión, debe dar lugar a la construcción dialógica a partir de las diferencias, propiciando un verdadero “pluralismo histórico”, donde la comunidad pueda verse como sujeto histórico, como fuerza viva que da lugar a los procesos de creación de la historia, a partir de la creación de ficciones nuevas que vayan más allá del miedo a carecer.

Para ello, es también indispensable que el estado y sus instituciones (que han profundizado y perfeccionado el funcionamiento de la maquinaria), se permitan revisar estos principios de visión y división, apuntando, como lo señala Segato (2007) a restituir el fuero interno de las comunidades y su capacidad de narrar y crear su propia historia.

De ahí que consideremos a los Municipios, por sus características de cercanía y sus posibilidades de articulación con otros niveles de gobierno, como actores esenciales en la re-construcción de los procesos de participación comunitaria.

Se intenta entonces, dar lugar a la promoción de estos espacios de encuentro y diálogo, donde es posible la construcción conjunta de soluciones diferentes, puesto que se parte de la reflexión crítica de las posiciones y disposiciones que nos atraviesan, y -a partir de allí- se posibilita la creación de un proyecto colectivo de hacer historia, una historia que logre romper con los mecanismos de producción social de la carencia.

Vivimos en el lenguaje y a través de él creamos ficciones que dan forma a la realidad. La construcción de una nueva gnosis nos invita a crear con los otros,

creación que sólo puede producirse a través de la renuncia a algunas certezas producidas por el “sentido común” de la máquina binaria y sus procesos de territorialización.

Como plantea Borges (1976) en sus reflexiones sobre la esfera de Pascal y el modo de existencia del universo; o el universo es todo centro, o bien, el centro del universo está en todas partes y la circunferencia en ninguna. El escritor muestra que esta toma de conciencia suele provocar terror, pero creemos que una vez que se atraviesan los miedos puede invitar a la fuga, mediante la creación de lo nuevo.

Para finalizar, nos gustaría tomar las ideas planteadas por Deleuze y Guattari (1985) quienes plantean que la forma de organizar una sociedad, da cuenta principalmente de los miedos más profundos que esa sociedad esconde. Fantasmas que nunca son individuales sino que son -como vimos-, comunes a toda la sociedad.

Nuestras sociedades extremadamente fragmentarias, nos muestran la omnipresencia del fantasma de la carencia, y de la exclusión. Y a partir de él se construye la maquinaria social: el deseo de ser parte, es en realidad miedo a ser excluido y - por tanto -, produce exclusión; el deseo de tener una identidad, esconde tras de sí el miedo a no pertenecer y produce con ello a los foráneos; el deseo de estar en el centro, oculta en realidad el miedo a la periferia y requiere entonces de la producción de una periferia a la que colocar muy lejos del centro.

La vida moderna basa los procesos de producción de lo social, fundamentalmente a partir de flujos opuestos. El capitalismo produce una carga esquizofrénica con la que logra extenderse hasta el infinito.

“El capitalismo instauro o restaura todas las clases de territorialidades residuales y facticias, imaginarias o simbólicas, sobre las que intenta, tanto bien como mal, volver a codificar, a sellar las personas derivadas de las cantidades abstractas. Todo vuelve a pasar, todo vuelve de nuevo, los Estados, las patrias, las familias. Esto es lo que convierte al capitalismo, en su ideología, en «la pintura abigarrada de todo lo que se ha creído». Lo real no es imposible, sino cada vez más artificial.” (Deleuze y Guattari, 1985:41)

Se trata entonces de errar, tropezar, encontrar los lugares por donde la maquinaria falla. Es en la frontera, en los márgenes del territorio donde pueden encontrarse otras formas de nominar y pensar los espacios, narrativas de fuga basadas en otros cimientos que no evocan el miedo y la carencia, y que -ante todo- nos acercan a un urgente y necesario proceso de des-territorialización del pensamiento.

BIBLIOGRAFÍA

BARAIBAR, X. Tan cerca tan lejos: Acerca de la relevancia “por defecto” de la dimensión territorial. **Revista Frontera** Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo Uruguay. N°5. PP 59-71.2009.

BORGES, J.L. **Otras Inquisiciones**. Madrid. Alianza Editorial.1976

BOURDIEU, P. **Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción**. Barcelona. Editorial Anagrama. 1997.

BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Buenos Aires. Editorial SXXI. 2005.

DELEUZE, G y GUATARI, F. **El anti-edipo. Capitalismo y esquizofrenia**. Barcelona. Paidós.1985.

ENGELS, F. **La situación de la clase obrera en Inglaterra**. Bruselas.1846.

FREIRE, P. **Pedagogía y acción liberadora**. Bilbao. Ediciones Zero.1978.

GÓMEZ GARCÍA, P. **Conclusiones críticas sobre la identidad cultural**. Granada. Universidad de Granada.2006.

GUIGOU, N. **Sobre cartografías antropológicas y otros ensayos**. Montevideo. Ediciones de Hermes criollo. 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, pp. 206-214. 2004

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. “Resultados del Censo de población.” Recuperado el 10 de mayo de 2019 de: <<http://www.ine.gub.uy/censos-2011>>.

LAPOUJADE, D. **Las existencias menores**. Buenos Aires. Cactus.2018.

LEVI-STRAUSS, C. **La identidad. Seminario interdisciplinario**. Barcelona. Ediciones Petrel. 1981.

MUNICIPIO A. “Plan de Desarrollo Municipal. Líneas estratégicas.” Recuperado el 05 de mayo de 2019 de:<<http://www.municipioa.montevideo.gub.uy/node/193>>.

SAHLINS, M. **Islas de Historia. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia**. Barcelona. Editorial Gedisa. 1988.

SEGATO, R. **La nación y sus Otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad**. Buenos Aires. Prometeo. 2007.

SIMMEL, G. La metrópolis y la vida mental. Bifurcaciones. **Revista de estudios culturales urbanos**. N°4.PP 1-10.2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 67, 76, 77, 82, 87

Amazônia 39, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 112, 231, 258, 259

Antropologia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 39, 40, 41, 42, 44, 49, 50, 63, 75, 88, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 135, 161, 162, 164, 166, 167, 181, 183, 202, 210, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 247, 256, 259

Assédio 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62

Autoridade 41, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 173, 226

C

Centralidade 43, 145, 164, 170, 179, 211, 214, 218, 219, 220

Comunidades 22, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 45, 65, 71, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 157, 158, 183, 188, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 233

Consumo 33, 98, 99, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 205

Cotidiano 11, 21, 34, 59, 89, 90, 91, 100, 128, 139, 163, 184, 189, 192, 197, 202, 204, 206, 215, 216, 218, 220, 222, 227, 229, 232, 256

Cuidado 99, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 178, 179, 192

Cultura 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 28, 39, 65, 66, 67, 68, 73, 75, 95, 101, 102, 106, 107, 108, 110, 114, 126, 140, 141, 142, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 201, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 231, 236, 247, 258, 259, 260

Cultural 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 35, 38, 39, 43, 44, 46, 73, 91, 92, 94, 95, 104, 105, 109, 114, 115, 116, 130, 136, 137, 141, 142, 145, 149, 150, 152, 156, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 181, 184, 187, 188, 193, 207, 208, 213, 218, 226, 233, 234, 236, 248, 253, 258, 259

D

Decisões judiciais 168, 170, 171, 172, 173, 179, 182

Digital 63, 167

E

Economia 4, 11, 73, 75, 83, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 138, 142, 172, 179, 184, 186, 195

Educação 13, 16, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 74, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 97, 99, 101, 102, 126, 128, 161, 162, 164, 166, 167, 189, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 213, 221, 263

Epistemologia 1, 2, 23, 108, 114

Escrita 42, 44, 45, 48, 91, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 199

Estigma 204

Estudantes 1, 2, 3, 4, 9, 29, 33, 38, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 101, 222

Etnografia 5, 19, 42, 49, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 222, 223, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 236, 241, 245, 256, 258

Evitação 171, 204

F

Fronteira 76, 77, 81, 84, 87, 88, 143, 145, 215

G

Gestão 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 50, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 171, 172

Globalização 117, 119, 123, 125, 128, 218, 219

H

Home care 168, 169, 171, 172, 173, 178, 179

I

Identidade 11, 12, 23, 24, 30, 32, 34, 44, 49, 50, 61, 66, 74, 109, 121, 134, 137, 143, 164, 205, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 229, 234, 244, 248, 253, 259

Imigração 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

Interatividade 69, 161, 163

Interculturalidade 26, 28, 29, 31

Interlegalidade 40, 50

L

Lei 32, 37, 39, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 79, 83, 102, 119, 138, 143, 171, 175, 177, 200, 201, 248, 260

M

Memória 11, 130, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 144, 190, 195, 198, 215, 220, 221, 241

N

Narrativas 9, 11, 12, 23, 40, 41, 105, 106, 112, 113, 114, 145, 146, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 188, 214, 222, 225

O

Origem 16, 46, 48, 59, 64, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 140, 163, 164, 181, 195, 216, 222, 223, 227, 242

P

Povos indígenas 26, 27, 28, 29, 32, 34, 36, 39, 63, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 101, 102

Q

Quilombo 44, 46, 47, 211, 213, 214, 217, 220, 221

Quilombolas 40, 44, 46, 47, 49, 83, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220

R

Reinvenção 127, 180, 215, 229, 244, 259

Religião 15, 229, 230, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259

Religiões 70, 229, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 257, 259

Resistência 9, 17, 77, 91, 101, 111, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 259

S

Saberes 1, 2, 13, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 38, 93, 94, 108, 116, 183, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 226

Saúde 26, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 67, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 126, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 190, 191, 196, 197, 199, 200, 201, 209

Saúde indígena 26, 30, 36, 37, 39, 89, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102

Segregação 145

Simulacros 183, 194, 195, 201

Subalternidade 60, 109, 214, 222, 225, 226

T

Tecnologia 12, 63, 120, 161, 162, 193

Terra 35, 43, 48, 63, 64, 67, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 104, 105, 106, 116, 120, 123, 131, 132, 191, 207, 216, 221, 237, 241, 242, 250, 258, 259, 260


Território 34, 43, 44, 64, 65, 88, 89, 92, 101, 130, 132, 138, 145, 165, 220, 223

Tradição 7, 18, 143, 164, 216, 218, 226, 229, 231, 234, 235, 237, 242, 244, 251,

253, 254, 258

U

Universidade 1, 2, 3, 4, 7, 9, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 51, 76, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 112, 117, 129, 130, 143, 144, 161, 179, 182, 183, 201, 203, 204, 211, 221, 222, 229, 230, 259, 260, 263



A Interlocução de Saberes na Antropologia

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020



A Interlocução de Saberes na Antropologia 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020